



INFÂNCIA MEDICALIZADA

Elisa Ferreira Silva de Alcântara

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ

RESUMO

O presente texto, busca analisar as demandas por medicalização de crianças expeditas pelo espaço escolar. Na atualidade, muitas práticas escolares exigem a apresentação de diagnósticos médicos e psicológicos como condição para a concessão de benefícios como adaptação curricular e avaliação diferenciada. Assim, a cada dia mais pais ou responsáveis buscam os serviços de saúde com a queixa principal: “A escola pediu uma avaliação médica desta criança, pois ela não corresponde à expectativa escolar e precisa de acompanhamento médico”. Os laudos, os relatórios especializados e até mesmo o receituário aprisionam os indivíduos numa cadeia de registros escritos em que eles são capturados como mais um caso a ser descrito, medido, comparado e normalizado. Há um predomínio do diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH e a prescrição medicamentosa para tal. Assim, surgem as questões: a escola, a família e o setor de saúde conseguem refletir sobre todos os fatores que produzem o alto índice de casos rotulados como “déficits de atenção”, e tantos outros “distúrbios” na atualidade? Qual o sentido de uma prática pedagógica que adota a medicalização como forma mais rápida de resolver os “problemas”? É possível produzir outras práticas que respeitam a singularidade de cada pessoa e não utilize a medicalização como forma de docilizar os corpos?

Palavras-chave: Infância; educação; medicalização.